

Djavan Barbosa

# em os os anos



## Análise

Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas, biólogo do Caoma/MPE

### Impactos ao meio ambiente

As queimadas causam sérios problemas a biodiversidade e promove impactos, sociais e econômicos. Os prejuízos podem ser desde a destruição ao patrimônio, seja ele público ou privado, ou o risco à vida. À saúde é notório o número alto de internações nos hospitais ocasionado pela poluição do ar e problemas respiratórios durante o período de queimadas. À natureza percebemos o aumento das emissões de gases, afetando as populações vizinhas àquela queimada, a perda da fertilidade dos solos, a degradação dos rios devido às erosões e deslizamentos de terras devido provocada pela destruição da vegetação superficial queimada, o que altera a qualidade da água. Quando o local pega fogo, queima-se um vegetação que antes protegia e que, após a queimada, não consegue desenvolver a mesma função. A vegetação se torna "rala", tornando o ambiente mais quente. Além disso, a fauna sofre sérias ameaças que são muitos subestimados por nós: com os incêndios florestais os animais morrem, os que não morrem quando fogem do fogo acabam sendo atropelados nas rodovias. Muitas vezes, para se esconder do fogo, esses animais acabam se esconder na área urbana e acabam sendo mortos nas mãos do homem. Os que fogem para outras regiões, não se adaptam por ter que competir espaço com outros animais e, por isso, acabam também morrendo.

### O que é o Caoma?

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) do Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE) é composto por biólogos, engenheiros ambientais e florestal, geógrafo, assistente social, assistente administrativo e uma jornalista. Coordenado pelo procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior, o centro possui as seguintes atribuições:

- Acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa urbanística, da habitação e do meio ambiente;
- Propor alteração legislativa ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito;
- Auxiliar as 42 promotorias de Justiça do MPE na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;
- Receber sugestões, reclamações e encaminhá-las aos órgãos de execução;
- Desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho.

## Donos de imóveis são notificados pelo MPE

Após receber o parecer técnico do Centro de Apoio Operacional de Habitação e Urbanismo (Caoma), o Ministério Público Estadual (MPE), por meio do promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar, da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, atuante na defesa do meio ambiente, notificou os 190 proprietários de terras rurais que provocaram queimadas em Palmas nos últimos três anos.

A intimação dos donos dos imóveis rurais começou na semana passada e segue sendo feita por meio dos Correios, de publicações no Diário Oficial do Estado (DOE), da Guarda Metropolitana, da Polícia Militar Ambiental (BPMA) e fiscais de posturas e obras de Palmas, entre outras forças. "Ao recomendar essas pessoas faremos um monitoramento mais próximo através dos órgãos de fiscalização, como o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que estão à disposição do MPE", destaca Aguiar. Ele enfatiza que os proprietá-



Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

rios podem ser autuados, pois, de acordo com a portaria do Naturatins, N° 223, de 29 de junho, a emissão e a vigência das autorizações ambientais de queima controlada está suspensa até 30 de outubro de 2018. Qualquer queimada neste período será considerada ilegal. "Estamos olhando mais de perto. Se tivermos um incidente de início de

queimada nas áreas já notificadas, haverá um processo criminal ou cível. A depender da circunstância, trazemos essas pessoas para esclarecimento na Delegacia de Polícia Civil ou ao próprio MPE. Quando detectada a responsabilidade criminal ou cível em relação a isso, ele responderá administrativa, cível e criminalmente", esclarece.

### PUNIÇÃO

De acordo com a portaria preparatória para inquérito civil, os donos dessas terras assumem sérios riscos e podem ser responsabilizados, e estão sujeitos a sanções administrativas. Também pode resultar em condenação por crime ambiental, prevista na Lei n° 9.605/98 e também no Código Penal, quando se define pela forma culposa ou dolosa, além da obrigação de reparar os danos provocados ao meio ambiente e ao patrimônio de terceiros.

Caso sejam processados e condenados, os proprietários podem sofrer penas que variam entre multas, prestação de serviços à comunidade e detenção.

# 63,7

mil hectares foram queimados em Palmas por propriedades rurais nos últimos três anos, aponta MPE

# 21,9

mil hectares é a média de área queimada por proprietários de imóveis rurais na Capital entre os três anos, segundo MPE

# 222

mil hectares é o tamanho aproximado da extensão total da Capital, de acordo com dados fornecidos pelo Google Maps